

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Licenciamento ambiental deve estar na pauta de votação de setembro	2
Título: Consumo de energia cai 3,4% em junho, aponta ONS	4
Título: Privatização da Eletrobras.....	5
Título: Engie e fundo CDPQ pagam R\$ 1 bi pelos 10% da Petrobras na TAG.....	8
Título: Petrobras sai do capital da TAG	10
Título: Conselho da Petrobras terá ao menos três novidades	11
Título: 2W Energia planeja crescimento com geração.....	12
Título: Produção da Vale cresce mesmo na pandemia	14
Título: Teles investem em energias renováveis	15
Título: Amazônia versão 0.1	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Dois ministros são infectados com covid-19.....	21
Título: É a economia, presidente!	22
Título: Ministério da Economia defende mercado de comercialização.....	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	24
Título: Pandemia trava negócios na Bolsa com créditos de descarbonização	24
VEÍCULO: O Globo	25
Título: A festa da farda	26
Título: Mais dois ministros testam positivo para Covid-19.....	27
VEÍCULO: Correio Braziliense	28
Título: A ameaça para o Brasil nas eleições americanas.....	28

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/07/2020****Seção: Política****Autor: Cristiano Zaia e Marcelo Ribeiro****Título: Licenciamento ambiental deve estar na pauta de votação de setembro**

Em meio à forte reação negativa de investidores estrangeiros à nova escalada do desmatamento no Brasil, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem sinalizado a aliados que pretende votar o polêmico projeto de licenciamento ambiental em setembro. Mesmo ainda sem um calendário definido, o relator da proposta, deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), ruralistas e alguns ambientalistas já vislumbram um cenário mais favorável para a aprovação do texto.

Após o aceno de Maia, Kataguiri retomou no início de julho as conversas sobre o tema com entidades, o presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA), Alceu Moreira (MDB-RS), e com o líder da Frente Parlamentar Ambientalista, Rodrigo Agostinho (PSB-SP).

Pontos sensíveis aos ambientalistas, como a dispensa de licença para atividades agropecuárias e a definição sobre a quem caberá liberar as licenças (Estados e municípios ou a União) permanecem. O parecer chegou a ser alvo de uma carta assinada por 80 entidades ambientalistas e de outros setores da sociedade no fim do ano passado, que contestava pontos do relatório.

Ao **Valor**, o relator reconheceu que fará novos ajustes no texto para viabilizar a aprovação do projeto - Kataguiri já produziu pelo menos quatro versões de seu relatório para o PL, que por sua vez se arrasta na Câmara desde 2004. Uma das estratégias para garantir que o texto seja finalmente apreciado é a construção de um acordo para que todas as alas saibam os destaques que serão apresentados em plenário, com o objetivo de evitar surpresas que derrubem o acordo de última hora.

Para aumentar as chances de aprovação do projeto, Kataguiri também avalia encomendar um estudo de impactos econômicos nos mesmos moldes do documento que contribuiu para que deputados e senadores aprovassem o novo marco regulatório do saneamento. Apesar da sanção, porém, o projeto recebeu 11 vetos duramente criticados por governadores e congressistas.

Cobrado pelos ruralistas para colocar em votação vários projetos de interesse do setor, o presidente da Câmara teria acenado para a votação do relatório de

Kataguirí para agradar os ruralistas e tentar conter qualquer iniciativa pelo avanço do projeto que flexibiliza o uso de agrotóxicos, bandeira antiga do setor. Os ruralistas também querem acelerar os projetos sobre regularização fundiária e conectividade no meio rural.

“O projeto não flexibiliza a liberação de licenças para o agronegócio. Cansamos de discutir e vamos para o voto. Estamos pressionando muito o presidente Rodrigo a pôr em votação nossos projetos e o do licenciamento é o primeiro da fila. Não pode ter uma ditadura da minoria controlando a pauta de votação da Câmara”, disse o líder ruralista Alceu Moreira.

Segundo apurou o **Valor**, a ofensiva de investidores estrangeiros sobre o tema do meio ambiente é um dos fatores determinantes para a retomada do debate do projeto. Maia, Moreira e Agostinho participaram de videoconferência com representantes de corretoras estrangeiras de investimentos na terça-feira da semana passada.

Durante a reunião, Maia comprometeu-se a não pautar “matérias ruins”, entre elas, o projeto que estabelece regras para mineração e geração de energia em terras indígenas, enviado pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso em fevereiro. Em entrevista ao **Valor** publicada ontem, Maia disse que “é preciso debater uma ampla agenda vinculada ao meio ambiente”. “Claro que o licenciamento é importante, mas a gente não pode cometer erros. O importante na lei não é flexibilizar nada, é dar clareza ao que pode e o que não pode para que o burocrata na ponta não segure os processos.”

Diante dos sinais trocados do governo em relação ao meio ambiente, os investidores fizeram cobranças ao Parlamento de ações que são prerrogativas do Poder Executivo, como o combate ao desmatamento. Demonstraram preocupação com a tendência do Palácio do Planalto em “esconder números”, o que chamaram de maquiagem verde (“green washing”). E destacaram que não aceitarão uma posição negacionista do governo em relação à temática ambiental, a exemplo do que acontece com a covid-19 em muitos casos, segundo eles.

“Eles [investidores] estão muito bem informados. Trabalham com indicadores que orientam onde colocar seus recursos. Querem uma política de resultados”, disse Agostinho.

Entre os participantes da reunião, prevaleceu a percepção de que os investimentos só chegarão se ações concretas apresentarem resultados e que “promessas do governo não serão suficientes”.

Agostinho afirma que a intenção das reuniões é “superar as dificuldades em dois meses” e colocar o projeto em votação. “É importante que tenhamos processos com eficiência e transparência. A pandemia travou o debate, mas agora conseguimos retomar”, explica o deputado do PSB, que destacou a importância de ruralistas, ambientalistas, setores de infraestrutura, agronegócio e indústria “sentarem à mesa para negociar e tentar chegar a um acordo”.

Mariana Mota, coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace, porém, defende mudanças no relatório e alerta que o atual texto flexibiliza a legislação ao deixar povos indígenas de fora do processo de licenciamento ou ao permitir que empresários migrem seus investimentos para regiões onde as regras sejam mais brandas, já que os governos estaduais passarão a ter a prerrogativa sobre a liberação de licenças. E que aprovar a proposta dessa forma seria um primeiro exemplo de “passar a boiada” em normas ambientais como defendeu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles em reunião ministerial de 22 de abril.

“Aprovar uma lei que gere insegurança e que vai liberar atividades potencialmente poluidoras, num cenário de desmatamento aumentando e mercados querendo fugir do Brasil, prejudica mais ainda a imagem do Brasil”, afirma. “Precisamos deixar o pisca alerta ligado, e o presidente Rodrigo Maia tem a responsabilidade de não deixar que isso aconteça.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Consumo de energia cai 3,4% em junho, aponta ONS

O consumo de energia elétrica no Brasil recuou em junho 3,4% na comparação com o mesmo mês de 2019, segundo o boletim mensal de carga do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em relação a maio, por outro lado, houve um aumento de 2,5% na demanda, o que sinaliza que o pior momento já passou. O operador estima que no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve crescer 0,5% em julho, na comparação com a registrada no mês passado. De acordo o boletim mensal do ONS, em junho, pelo terceiro mês consecutivo, houve queda no consumo em todas as regiões, na comparação anual. O

subsistema mais afetado continua sendo o Nordeste com queda de 5,1%; seguido do Sudeste/Centro-Oeste (-3,9%), Norte (-1,7%) e Sul (-0,7%).

De acordo com o ONS, mesmo com o recuo verificado em junho, o consumo de energia deu sinais de “suave elevação”, devido principalmente à flexibilização das medidas de isolamento social e ao consequente aumento das atividades econômicas.

O operador destaca, no entanto, que a retomada ainda é modesta e que as empresas ainda operam em níveis abaixo da sua capacidade. A recuperação representa somente 60% do que foi perdido entre março e abril.

“De uma maneira geral, os resultados dos indicadores utilizados no processo de análise do comportamento da carga sugerem, embora ainda muito distantes dos níveis anteriores ao início da pandemia, que o pior momento tenha passado”, esclarece o boletim mensal. O ONS citou, ainda, que o resultado da carga de junho foi influenciado pelo maior número de dias úteis quando comparado com maio.

No acumulado dos últimos 12 meses, o SIN registra uma queda de 2%, se comparado com igual período do ano anterior, informou o boletim mensal.

A perspectiva, contudo, é de melhora. Segundo o boletim semanal do Programa Mensal de Operação (PMO), divulgado na sexta-feira, as previsões de carga consolidadas para julho já apresentam uma “suave retomada em resposta à flexibilização de algumas medidas restritivas em grande parte do país”. O patamar, no entanto, segue bastante inferior ao observado antes do início do isolamento social adotado para combater a disseminação da covid-19.

Das quatro regiões existentes no SIN, apenas o Sul ainda prevê uma queda no consumo (de 3,5%). Já nos demais subsistemas as previsões são positivas. No Sudeste, a expectativa é de aumento de 1,8%; no Norte é de 1,2% e no Nordeste, de 0,1%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Pietro Erber

Título: Privatização da Eletrobras

Conforme noticiado, o principal objetivo do governo com a privatização da Eletrobras é auferir cerca de R\$ 18 bilhões, que seriam destinados, conforme o projeto inicial, à redução do déficit fiscal do país, que se aproxima de R\$ 1 trilhão. Praticamente um furo na água. Agora, após negociações com o Congresso, parte da receita esperada teria outras destinações.

Essa privatização seria feita mediante capitalização da empresa, de modo a reduzir a participação acionária governamental a menos de 50%, com o cuidado de limitar a dos novos acionistas a não mais de 10% do capital e de dotar o governo do poder de vetar propostas da nova administração mediante uma “golden share”. A participação da Empresa na Itaipu Binacional, a Eletronuclear e o Cepel, responsável pelas atividades de P&D, permaneceriam sob controle governamental, numa nova empresa.

Privatização, sem melhor motivo do que um aporte que pouco reduzirá o déficit fiscal, deveria ser postergada

Aparentemente não figura entre os objetivos da privatização da Eletrobras dotá-la de maior flexibilidade gerencial, menor influência política na designação de dirigentes e maior liberdade para recusar projetos de interesse puramente político, prejudiciais à empresa e aos consumidores, bônus esses geralmente apontados para justificar privatizações.

Parece que o momento, de plena crise sanitária, econômica e política não seja o mais propício para a oferta de ações, com o agravante da “golden share”, que poderia limitar a autonomia da nova corporação. Seria o caminho para a venda na bacia das almas, apesar da possibilidade de “descotizar” as instalações de geração e transmissão que atualmente operam a preços quase simbólicos desde a MP 579/2012.

Essa operação, que levaria a aumento das tarifas, deveria sofrer resistência no Congresso, pois a “reavaliação” dos ativos dessas instalações, inclusive de grandes hidrelétricas, que incentivaria sua privatização, resultaria num empréstimo do novo concessionário ao governo, a ser amortizado pelos consumidores, sem nenhum benefício para a qualidade ou ampliação do serviço prestado.

Mais grave é a impressão de que os estudos que levaram à modelagem do processo de privatização pouco atentaram para a natureza da empresa e do próprio setor elétrico, de seu futuro e do papel que a Eletrobras poderá e deveria exercer nas próximas décadas. A única preocupação é com a

possibilidade de um novo acionista assumir uma participação demasiado elevada no capital votante. Isto soa ingênuo, pois nada impede que diferentes acionistas se comuniquem, combinem estratégias comuns ou que sejam controlados por um mesmo governo.

Outro aspecto que deveria ser considerado é que o resultado mais provável dessa privatização, como de muitas outras, seja a transferência do controle da Eletrobras para diversas empresas estatais ou mesmo, futuramente, outra empresa estatal, só que de outro país. E, dependendo do país que a controle, influências externas poderão ocorrer, sobretudo se regulamentações julgadas inconvenientes pelo novo acionista forem levadas a outros foros de relacionamento brasileiro com o país em questão, que não o do setor elétrico.

A primeira questão que pode ser levantada quanto ao futuro é que sendo a Eletrobras uma empresa de geração e transmissão, portanto não monopolista como as empresas de distribuição, não teria obrigação de investir em expansão da oferta. O objetivo de manter sua participação no mercado é do governo, não necessariamente, em qualquer circunstância, de uma corporação de caráter privado.

Outro aspecto a considerar é que o futuro parque gerador brasileiro terá grande participação de aproveitamentos de fontes renováveis como a eólica e a solar, além de mais algumas hidrelétricas sem reservatórios de capacidade expressiva. Por enquanto, mesmo tendo essas energias, de caráter intermitente e sazonal, já assumido participação significativa na matriz elétrica, os reservatórios existentes têm sido, em boa medida, suficientes para compensar tais variações intempestivas da oferta dessas usinas. No entanto, brevemente novas formas de armazenamento de energia, com menor impacto ambiental, serão cada vez mais necessárias.

Usinas de acumulação por bombeamento e baterias são consumidores líquidos, consomem energia. Hoje o custo desse serviço prestado pelos reservatórios, às vezes complementado por usinas térmicas, é levado aos encargos do sistema. No futuro, deveria ser pago pelos geradores que dele se beneficiam, para que os custos da geração dessas fontes, inclusive de sua inserção no sistema interligado, seja plenamente reconhecido, por uma questão de transparência e correta seleção de alternativas e alocação de custos.

A Eletrobras poderia ser a proprietária desse amplo sistema de armazenamento, operando como um banco de energia, que cobraria pelo uso dos reservatórios e

baterias, inclusive por armazenar sobras que de outra forma poderiam ser desperdiçadas. A operação em tempo real continuaria a cargo do ONS, mas o serviço prestado pelas instalações de armazenamento seria remunerado. O efeito “portfolio” que justificou o MRE apenas parcialmente se aplica à geração intermitente, sem que haja desperdício e ainda mais forte interligação regional e inter-regional, sobretudo em termos de potência disponível.

O setor elétrico tem uma série de instalações de geração e de transmissão cuja concessão está prestes a caducar e cujos investimentos já estão ou brevemente estarão amortizados. Devem passar para domínio da União, que poderia mantê-los nas empresas de origem e cobrar pelos seus serviços um preço bem superior daqueles das “cotizadas”. Seu preço deveria refletir seu valor econômico, próximo à média dos preços de mercado ou do custo marginal de expansão.

Consequentemente, o futuro setor elétrico deverá gerar substancial volume de recursos a baixo custo, pois a capacidade agregada de instalações amortizadas e em boas condições de operação será substancial. Os recursos assim arrecadados, a menos de custos de operação, manutenção e administração, seriam recursos da União. Se a Eletrobras não for privatizada, poderá ser o gestor desses recursos ou de parte deles, pois parte poderia ser destinada a setores mais carentes.

Em suma, ao projeto de privatização da Eletrobras deveria considerar tanto o momento notoriamente desfavorável, quanto a necessidade de refletir sobre o futuro do setor elétrico e sobre o papel que a Eletrobras deveria assumir. Esta deveria ser redesenhada de forma a contribuir para o melhor atendimento dos requisitos da sociedade, em vista da natureza e dos condicionantes futuros do setor elétrico. Prioridades governamentais de curto prazo e interesses imediatos do mercado pouco ou nada contribuirão para que seu papel seja definido conforme prioridades governamentais. Portanto, a privatização da Eletrobras, sem melhor motivação do que um aporte de recursos que muito pouco reduzirá o déficit fiscal, deveria ser postergada.

Pietro Erber é diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Engie e fundo CDPQ pagam R\$ 1 bi pelos 10% da Petrobras na TAG

Presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, conta que, ainda no mercado de gás, avalia oportunidades nas áreas de estocagem, biogás e geração de energia

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

Após comprar 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, em junho de 2019, o consórcio formado pela Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) conclui ontem a aquisição dos 10% remanescentes da estatal no ativo, que reúne 4,5 mil quilômetros de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste. A transação garantiu a entrada de R\$ 1,006 bilhão no caixa da petroleira brasileira.

Com o negócio, a Engie passa a deter 65% da TAG (divididos igualmente entre a Engie Brasil Energia e a GDF International) e o CDPQ, 35%. As duas empresas tinham o direito de preferência na aquisição, depois de terem pago, juntas, R\$ 33,5 bilhões pelos 90% da transportadora. Até ontem, a Engie detinha 58,5% e o fundo canadense outros 31,5% da TAG. A Petrobras, por sua vez, deixa por completo o ativo, como parte do compromisso assumido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para sair integralmente do transporte de gás natural até 2021.

“A operação mostra que seguimos com o mesmo interesse em continuar investindo no Brasil, em infraestrutura. Mostra que, mesmo diante de uma pandemia, o apetite [do investidor] continua, basta ter oportunidade. Estamos, particularmente, animados com o mercado de gás, com o setor de iluminação pública, novos investimentos em renováveis”, disse o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao **Valor**.

O montante envolvido na transação, de R\$ 1 bilhão, foi financiado, dessa vez, apenas com capital próprio, na proporção da participação dos sócios. O grupo francês pagou R\$ 654,3 milhões e o CDPQ R\$ 352,3 milhões. A compra dos 90% da transportadora foi estruturada com 30% de capital próprio e 70% de financiamento junto a um pool de bancos (Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Credit Agricole, BNP Paribas, ING, Mitsubishi, Mitsui, Société Générale, Sumitomo e Banco Mizuho do Brasil).

Segundo Bähr, as cifras envolvidas estão em linha, proporcionalmente, com o valor desembolsado com capital próprio na primeira operação, em 2019. Além do pagarem R\$ 1 bilhão à Petrobras, a Engie e CDPQ assumiram os 10% proporcionais da estatal no endividamento da TAG - na estruturação da negociação dos 90% da transportadora, em 2019, os bancos tomaram o fluxo de

caixa da própria empresa de gás como garantia e a dívida levantada na ocasião (R\$ 24 bilhões) foi incorporada pela TAG.

A transportadora representa, para a Engie, sua porta de entrada no mercado brasileiro de gás. Bähr disse que continua monitorando oportunidades no setor, como na estocagem, biogás e termelétricas. Questionado se tem interesse na compra da Gaspetro, à venda pela Petrobras, o executivo afirmou que chegou a cogitar investimentos em distribuição, no passado, mas que questões regulatórias “inibiram o desejo”. Ele citou que, no Brasil, há restrições para que empresas atuem ao mesmo tempo na transmissão de energia e distribuição de gás. O executivo destacou, porém, que “acompanha com atenção” a venda da Gaspetro, uma vez que concessões estaduais de gás são clientes potenciais da TAG.

O diretor-presidente da TAG, Gustavo Labanca, por sua vez, conta que o primeiro ano da Engie à frente da transportadora foi voltado, sobretudo, para a formação da estrutura organizacional da empresa, que conta hoje com cerca de 80 profissionais. “A TAG não tinha quadro próprio. Estamos agora nos preparando para a abertura do mercado e para sermos os operadores da malha daqui a dois anos”, comentou o executivo, em referência ao acordo de transição segundo o qual a Transpetro se responsabilizou pela operação dos gasodutos da TAG por três anos.

Labanca conta ainda que tem mantido conversas com Petrobras e Agência Nacional do Petróleo (ANP) para definir a capacidade disponível nos gasodutos, para ofertá-la ao mercado. Ainda não há, contudo, um cronograma para a chamada pública que contratará a capacidade da rede da TAG.

O executivo disse ainda que tem planos de fazer pequenos ramais. Um dos projetos avaliados com a ANP é conectar o terminal de gás natural liquefeito (GNL) de Sergipe à malha nacional. “Já grandes expansões vão depender do crescimento do mercado”, comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Impresso

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras sai do capital da TAG

O consórcio formado pela Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) concluiu ontem a compra de mais 10% do capital da Petrobras na TAG, empresa que administra cerca de 4,5 mil quilômetros de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste. Com isso, a Engie passou a deter 65% do capital da TAG e a CDPQ, 35%. A transação anunciada ontem rendeu à Petrobras R\$ 1,006 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Conselho da Petrobras terá ao menos três novidades

O conselho de administração da Petrobras deve ser renovado com ao menos três novos nomes. O número pode crescer, a depender do resultado da eleição entre os acionistas minoritários. A escolha dos membros do colegiado da petroleira ocorrerá amanhã, durante assembleia geral ordinária.

A expectativa é que o conselho de administração da estatal passe a ter onze membros, um a mais do que o quadro atual. O estatuto social da Petrobras estabelece que o conselho deve ser integrado por, no mínimo, sete e, no máximo, onze conselheiros, mas atualmente uma das cadeiras indicadas pela União, enquanto controladora, está vaga. Para o novo mandato, válido até 2022, a administração da petroleira propôs a ocupação de todos os onze assentos.

Dentre as novidades para o novo mandato estão Omar Carneiro da Cunha Sobrinho e Paulo Cesar de Souza e Silva, ambos indicados pela União. A terceira novidade no conselho da Petrobras será Rosangela Buzanelli Torres, que substituirá Danilo Ferreira da Silva como representante dos empregados.

Rosangela é geofísica e fez carreira na estatal, onde trabalha desde 1987. Atualmente está lotada na área de Operação Exploratória Marítima Águas Profundas da empresa. O economista Omar Carneiro, por sua vez, foi presidente da Shell Brasil, da Billiton Metais, AT&T Brasil e Varig e atualmente é conselheiro do grupo Energisa, da Brookfield Properties Partners LP, Libraport Campinas e sócio sênior da Dealmaker Consultoria e Participações. Assumirá uma posição no conselho da Petrobras como membro independente. Paulo Cesar de Souza e Silva também é economista e foi presidente da Embraer, empresa onde atuou por mais de 20 anos. Hoje ele é conselheiro da Transpetro

e do grupo Águia Branca. Ele ocupará a cadeira no conselho como membro não independente.

Mas podem surgir mais novidades. O economista Marcelo Mesquita de Siqueira Filho (eleito pelos detentores de ações ordinárias) e a administradora Sonia Julia Sulzbeck Villalobos (eleita pelos preferencialistas) tentam a reeleição. Ambos foram indicados pelos acionistas Leblon Ações Master FIA, Leblon Icatu Previdência FIM, Ataulfo LLC, Leblon Prev FIM FIFE, Leblon Equities Institucional I FIA. Os dois vão disputar um novo mandato contra a administradora Patricia Valente Stierli e o advogado Rodrigo de Mesquita Pereira, indicados pela FIA Dinâmica Energia e Banclass FIA.

Entre as despedidas, além de Danilo, já é certa a saída de Walter Medes de Oliveira Filho, que pertence ao atual time de conselheiros indicados pela União.

Eduardo Bacellar Leal Ferreira (atual presidente do conselho), Roberto Castello Branco (presidente da Petrobras), João Cox Neto, Maria Cláudia Mello Guimarães, Nivio Ziviani e Ruy Flaks Schneider foram indicados pelo acionista controlador a continuarem no colegiado. A escolha do presidente do conselho de administração também será definida na assembleia de amanhã.

A pauta da AGO inclui, ainda, a eleição dos membros do conselho fiscal; a apreciação das demonstrações financeiras de 2019, com lucro recorde de R\$ 40,1 bilhões; bem como a proposta da destinação dos resultados. A empresa propôs destinar, ao todo, 28,56% do lucro ajustado aos acionistas a título de dividendos, num total de R\$ 10,682 bilhões (dos quais R\$ 1,741 bilhão ainda está pendente, a ser pago em dezembro).

Os acionistas da Petrobras vão deliberar, ainda, sobre a definição do orçamento de capital para 2020. A administração da estatal propôs, ao todo, um investimento de R\$ 39,414 bilhões para o ano, sendo R\$ 31,045 bilhões (78,8%) dedicados ao setor de exploração e produção; R\$ 6,234 bilhões ao refino e gás natural; e R\$ 2,135 bilhões ao segmento corporativo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: 2W Energia planeja crescimento com geração

No mercado de comercialização de energia há quase 10 anos, a 2W Energia está se estruturando para aproveitar a próxima onda de migração ao ambiente de contratação livre (ACL), que deverá ser puxada por pequenas e médias empresas. Para isso, montou um plano que passa pela ampliação de iniciativas comerciais e pela entrada no segmento de geração de energia renovável, a ser financiada, em parte, por meio de uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na B3.

Originada da fusão entre Clime e RR, a 2W é uma das maiores comercializadoras independentes do país e tem como principal acionista Ricardo Delneri, um dos fundadores da Renova Energia. A companhia tem a ambição de ser a “XP do setor elétrico”, liderando a “segunda onda” da geração energética com venda exclusiva para o mercado livre. Embora já tenha uma base de clientes consolidada - são 953, atualmente -, quer crescer no “varejo”, entre pequenas e médias empresas que consomem até 2 MW médios por mês.

De olho nesse nicho, a 2W lançou a plataforma “Economia Garantida”. Através desse canal, 100% digital, os consumidores podem simular planos de adesão ao ACL para prazos de três, cinco ou dez anos, contratar os serviços, e efetivar a migração. São oferecidos descontos de até 30% ante os preços praticados pelas distribuidoras no mercado cativo.

Até 2024, o objetivo é capturar cerca de 1 mil novos clientes. Para ofertar energia limpa a preços competitivos, a companhia passará a atuar como geradora: num primeiro momento, serão construir quatro parques eólicos, que somam 979 megawatts (MW) em capacidade instalada e gerarão 510 MW médios por ano. “É uma meta modesta e plenamente realizável, considerando o potencial de crescimento do ACL nos próximos anos”, afirma o CEO da companhia, Claudio Ribeiro.

Afim de levantar recursos para colocar o projeto de pé, a 2W entrou com pedido de IPO junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A oferta será coordenada por BTG Pactual, XP, Credit Suisse e Bank of America e, segundo fontes de mercado, pode movimentar R\$ 1,5 bilhão. A minuta de prospecto, protocolada na semana passada, não revela o cronograma esperado para a operação.

Os recursos levantados com a oferta serão destinados à construção de quatro parques eólicos no Rio Grande do Norte e no Ceará - um deles, apelidado de “Anemus”, já está pronto para mobilização. A companhia possui opção de compra de outros três empreendimentos, que compõem esse primeiro passo no

segmento de geração. Mas o plano de negócios prevê ainda o desenvolvimento, a partir de 2025, de três projetos solares no Nordeste, com 1.095 MWp de capacidade.

O investimento total nos primeiros projetos eólicos está estimado em R\$ 4,4 bilhões. Além dos recursos do IPO, a companhia avalia as fontes tradicionais de financiamento e outros instrumentos do mercado de capitais.

Desde o ano passado, a companhia vem trazendo para sua gestão executivos com longa experiência no setor elétrico ou mercado financeiro, e, por isso, não considera desafiadora a entrada no elo de geração. Também se moldou a um modelo de “partnership”, em que todos os diretores estatutários e parte dos membros do conselho de administração são acionistas.

Na avaliação do presidente da 2W, a pandemia da covid-19 reforçou a “resiliência” do ACL e o acerto na nova aposta estratégica. “A pandemia vai acelerar a migração, pequenas e médias empresas vão dar mais importância à rubrica ‘energia’ no balanço”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivan Ryngelblum

Título: Produção da Vale cresce mesmo na pandemia

A Vale sentiu os efeitos da covid-19 nas operações da empresa no segundo trimestre do ano, mas mesmo assim conseguiu aumentar a produção de minério de ferro em 5,5% no período ante igual trimestre do ano anterior. A empresa produziu 67,59 milhões de toneladas da commodity ante 64 milhões de toneladas em abril-junho de 2019. A mineradora continua confiante que vai cumprir a meta de produção para o ano, mas assumiu que o cenário mais provável é atingir o piso de 310 milhões de toneladas de minério de ferro em 2020. A meta considera uma banda cujo teto é de 330 milhões de toneladas de produção este ano, que parece mais distante de ser alcançado.

No relatório de produção do segundo trimestre divulgado na noite de ontem, a Vale estimou uma perda de produção de 9,8 milhões de toneladas de minério de ferro pelos efeitos da covid-19, sendo 3,5 milhões de toneladas referentes ao período abril-junho e 6,3 milhões de toneladas previstas para o segundo semestre do ano. Afetaram a produção de minério de ferro a suspensão temporária do Complexo de Itabira, que ficou parado por 12 dias, e o aumento

do absenteísmo (ausência de trabalhadores) por força da quarentena no sistema Norte (Pará-Maranhão) a partir da adoção de um protocolo de testes, rastreamento e tratamento dos trabalhadores. Outra razão ligada à pandemia que afetou a produção de minério de ferro foi o adiamento de manutenções e a retomada de algumas operações previstas, caso das minas de Timbopeba, Fábrica e Complexo de Vargem Grande, todas em Minas Gerais, o que terá impactos negativos na produção de 2020.

A companhia informou ainda que perdas de volumes adicionais relacionadas ao absenteísmo pelos efeitos da covid-19 não podem ser completamente descartadas para os próximos trimestres. Afirmou, no entanto, que os níveis de absenteísmo estão em dois terços do pico de abril, e acrescentou: “Existe um buffer [colchão] importante para ajudar a mitigar esse risco.”

Conta a favor da Vale a partir de agora a questão sazonal, o fato de o segundo semestre do ano ser sempre mais forte em termos de produção do que o primeiro trimestre, sujeito a chuvas que reduzem os volumes de produção. A mineradora disse ainda que o S11D, o maior empreendimento de minério de ferro da empresa, no Pará, deve terminar o ano produzindo um volume acima de 85 milhões de toneladas. A empresa informou que recebeu autorização para retomar as operações em Serra Leste, em Carajás (PA), que possui 6 milhões de toneladas por ano de capacidade de produção, e informou que manutenções estão em andamento para que haja uma retomada segura da produção no local, prevista para o último trimestre do ano.

A Vale também informou ter vendido 54,6 milhões de toneladas de minério de ferro no segundo trimestre, com queda de quase 12% sobre igual período do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre do ano, houve um aumento de 5,7% em volume de vendas. Considerando vendas de minério de ferro e pelotas, o total chegou a 61,5 milhões no segundo trimestre do ano, com queda de 13% em relação ao mesmo período do ano passado. A Vale disse ainda que revisou a meta de produção de pelotas para 30 milhões a 35 milhões de toneladas ante um número anterior de 35 milhões a 40 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivone Santana

Título: Teles investem em energias renováveis

A busca por um ambiente saudável, redução de custos e economia sustentável tem multiplicado o número de usinas construídas para empresas privadas. O movimento multisetorial atraiu todas as operadoras de telecomunicações nos últimos anos. As teles têm ampliado o investimento em eficiência energética e geração distribuída de energia - gerada no local de consumo ou próximo a ele, a partir de fontes renováveis. Plantam suas usinas em todo o país, gerando, cada uma delas, capacidade suficiente para abastecer cidades inteiras.

Os planos atuais das teles são para gerar diretamente até 80% da energia de baixa tensão consumida por seus milhares de pontos, como escritórios, prédios, antenas, equipamentos de telecomunicações e lojas.

Operadoras querem gerar até 80% da energia consumida por seus prédios, antenas, lojas e equipamentos

Com essa meta percentual, a Vivo, controlada pela Telefônica Brasil, será capaz de atender a mais de 35 mil de suas unidades consumidoras. O projeto da companhia prevê acima de 70 usinas em todo o país até 2021, com fontes solar (61% do total), hídrica (30%) e de biogás (9%). Dez já estão em operação em Minas Gerais, São Paulo e no Mato Grosso. Com a conclusão do projeto, a Vivo produzirá em torno de 670 mil megawatts hora (MWh) por ano de energia. Isso é suficiente para atender o consumo de uma cidade de até 300 mil habitantes, diz o diretor de patrimônio da Vivo, Caio Silveira.

A Vivo firmou contratos com 11 parceiros que constroem usinas exclusivas para atendê-la. São acordos de arrendamento, operação e manutenção. Os empreendedores já atuam no mercado, então fazem o investimento, que varia conforme a fonte energética, capacidade e região. Podem custar menos de R\$ 10 milhões ou mais de R\$ 20 milhões, cada. Em contrapartida, a Vivo firma os contratos por 20 anos para comprar toda a energia gerada, diz Jussara Tassini, gerente de energia e eficiência da Vivo. No caso de biogás, que é o gás proveniente de aterro sanitário, a tele tem usinas no Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas e uma pequena geração em São Paulo, diz Tassini.

A base atual de consumo da Vivo varia por contrato e concessão, mas Silveira estima que a geração própria vá representar redução de 10% do custo total de energia, em torno de R\$ 1 bilhão por ano.

A Oi, por sua vez, prevê economia de R\$ 400 milhões por ano em gastos com energia ao completar seu projeto de 25 usinas solares em 17 Estados até

dezembro, na modalidade de geração distribuída. Em recuperação judicial, a Oi garante que terá uma matriz energética 100% sustentável em 2022.

“O investimento [na usina] varia muito e é associado à região. Pode custar de R\$ 7 milhões a R\$ 9 milhões por megawatt”, diz Ricardo Pyramo, diretor comercial da usina Hy Brazil. “São projetos para durar cem anos ou mais.” A Hy Brazil possui nove usinas no perímetro de atendimento da Vivo. Atua nacionalmente com fonte hidrelétrica e atende a 100% das unidades de baixa tensão da Vivo em Minas Gerais, onde o controle de consumo é feito pela concessionária local, a Cemig.

A tele representa 15% da receita da Hy Brazil, que é superior a R\$ 100 milhões. Fundada em 2009, a empresa está no mercado de geração distribuída desde 2016.

A TIM Brasil também é cliente da Hy Brazil, no mesmo modelo da Vivo, e tem cinco centrais hidrelétricas exclusivas em Minas Gerais. Em 2019, cerca de 50% do consumo de energia da tele foi proveniente de fontes renováveis. A TIM planeja expandir o consumo desse tipo de fonte para 60% até o fim de 2020 e 70% até 2025.

Com meta similar à da Vivo, a Claro afirma que até 2021, vai gerar 80% da energia que consome, mais de 600 mil MWh/ano. Seu programa com uso de fontes renováveis foi lançado em 2017 e já conta com mais de 30 usinas no país. Em junho, recebeu quatro usinas solares em Taubaté (SP), da EDP, e uma no Piauí, da GreenYellow. Segundo a Claro, desde a implantação do programa deixou de emitir mais de 100 mil toneladas métricas de CO2 ao ano, o equivalente à retirada de cerca de 400 mil carros de circulação.

A TMW Energy, do Grupo Royal FIC, que atua no mercado de combustíveis fósseis, construiu sua primeira usina em 2019, em Campinas (SP), de fonte solar. Durante a obra, firmou contrato com a Vivo para fornecimento exclusivo pelas próximas duas décadas. “Nosso foco é a Vivo e esperamos aumentar a parceria, mas também temos projetos independentes”, diz Eduardo Mello, gerente de projetos da TMW Energy. Ele estima em R\$ 20 milhões o investimento médio em uma usina solar de 5 MW.

Mello explica que a geração distribuída é uma das mais inteligentes e promissoras. A energia é injetada na rede da concessionária local, que a utiliza para abastecer as imediações. Assim, não requer o uso de linha de transmissão, só distribuição, o que a torna mais barata que os outros modelos.

A concessionária transforma a energia que recebe em crédito para a operadora e vai abatendo o consumo em sua conta. Os créditos têm validade de cinco anos. Se o consumo da operadora supera o crédito, o excedente é compensado na fatura seguinte, diz Roberto Salgadinho, supervisor geral de operações da usina Faxinall III, da cidade Aripuanã (MT). Construída pelo grupo Centrais Elétricas Salto dos Dardanelos, a hidrelétrica começou a operar em abril.

A Faxinall III está na ilha Salto dos Dardanelos, que é desabitada. A Dardanelos possui três usinas na ilha, mas só a da Vivo é de geração distribuída. As usinas aproveitam o curso do rio Aripuanã, sem represar, para manter as características locais e preservar o ambiente. A Faxinall tem 3,5 mil KWh de potência e produz só por cinco ou seis meses no ano, por causa da estiagem. “Crio um banco de energia e a sazonalidade não é problema, a câmara de mercado faz a compensação”, diz Salgadinho. A energia gerada entra como crédito via Energisa, a distribuidora local.

A Algar Telecom começou a gerar energia solar fotovoltaica em 2013. Em 2018, inaugurou a primeira usina solar Capim Branco, em Uberlândia (MG). Hoje, 18% do consumo total da empresa provém de fonte solar própria e outros 32% da contratação de fontes renováveis alternativas (parques eólicos) via mercado livre incentivado, informou a Algar. Quando entrar em operação a segunda usina Capim Branco, que está em teste, o percentual com geração distribuída passará a 36%. Dessa forma, 90% do consumo em baixa tensão em Minas Gerais passará a ser suprido por energia solar, segundo a tele. Em nível nacional, entre 65% e 68% do consumo de energia será de fontes renováveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Ronaldo Seroa da Motta

Título: Amazônia versão 0.1

A floresta amazônica é o lar de milhões de espécies de plantas e animais. Muitas dessas espécies não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. Os serviços ecossistêmicos da floresta amazônica vão desde a estabilidade do regime de chuvas no território nacional em benefício da produtividade agropecuária, da geração de energia hidroelétrica e da redução de risco de enchentes, até a geração de princípios ativos para medicamento e processos industriais, sem falar no combate do aquecimento global.

Estudos que valoram esses benefícios mostram que eles excedem os ganhos com a conversão da floresta. Mesmo assim, muito do discurso atual de relaxamento no controle do desmatamento é justificado pelo conflito entre conservação e agropecuária. Entre 1975 e 2017, a produção de grãos cresceu mais de seis vezes, enquanto a área plantada apenas dobrou. O número de cabeças de gado bovino no país mais que dobrou, enquanto a área de pastagens teve pequeno avanço. E no mesmo período, a taxa de desmatamento na Amazônia teve uma redução de 60%. Ou seja, não há conflito entre produção agropecuária e preservação da floresta.

Economia com base em recursos florestais tem que necessariamente ser de baixa intensidade populacional para que a renda da floresta em pé seja viável. Isto significa baixa intensidade de trabalho e alta de tecnologia por unidade de renda gerada

Por que então o desmatamento avança? Em que pese a ampliação ou, como agora, o restabelecimento do sistema de comando e controle do desmatamento, é preciso alterar o principal incentivo para conversão da floresta: a posse de terras devolutas. Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e, portanto, não havendo registro de propriedade do imóvel em favor do Estado, há a posse do terreno de quem o ocupa por certo tempo. Quase metade da área da floresta Amazônica é terra devoluta.

Essa indefinição de direitos de propriedade cria oportunidade para que o desmatamento proporcione a posse dessa terra com uma pecuária extensiva de baixa produtividade e uma agricultura de subsistência. A expectativa é que com o avanço da fronteira agropecuária, essa posse seja transacionada. Dessa forma, agentes econômicos organizados, conhecidos como grileiros, estimulam essa apropriação realizada à margem da legislação ambiental. A extração de madeira e a pecuária extensiva resultante do desmatamento, mesmo com ineficiência, geram receita fiscais aos Estados e municípios, influenciando o processo eleitoral.

Como esse processo não gera na região uma agropecuária com alto valor agregado, e como não há uma restrição de oferta de terra desmatada para o desenvolvimento na agropecuária no país, trata-se de um processo ineficiente que deixa para trás terras degradadas e conflitos sociais. A Medida Provisória 910 da Regularização Fundiária, embora amplie as oportunidades de

desenvolvimento agropecuário dos atuais posseiros, igualmente legítima e perpetua esse processo de grilagem.

Para reverter essa lógica, é preciso dar destino às terras devolutas para fins de conservação, de forma que a sua posse por desmatamento não seja mais possível. Destinar todas as terras federais e estaduais para unidades de conservação, em particular para florestas nacionais, com objetivos à promoção do uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica básica. Isto é, conservar para usar. Imobilizar em unidades de conservação algo em torno de 70% da floresta para proteção e atividades sustentáveis ligadas à conservação. É a Amazônia versão 0.1.

Voltar a uma versão mais próxima possível do que a floresta era na sua plenitude. O risco de savanização da floresta com o colapso dos seus serviços ecossistêmicos não permite mais qualquer outro experimento na região que venha resultar na manutenção do avanço sistemático do desmatamento, mesmo que com taxas reduzidas. Agora temos que ser radicais se quisermos um uso eficiente e sustentável da Amazônia.

Outra justificativa para relaxar o controle do desmatamento é proposta em nome da população de 20 milhões de pessoas da região. Somente um terço da população da Amazônia está diretamente ligada às atividades rurais, sendo que a população da região cresceu em torno de 30% entre 1990 e 2010, em grande parte por migração de outros Estados atraídos por esse processo de desmatamento e conversão da floresta.

Somente com a ampliação das unidades de conservação e regularização das terras devolutas será possível viabilizar a bioeconomia na região gerando renda sustentável da floresta. A bioeconomia é a economia de estoque, e não de fluxo. Sem a floresta preservada não há bioeconomia. Economia com base em recursos florestais tem que necessariamente ser de baixa intensidade populacional para que a renda da floresta em pé seja viável. Isto significa também baixa intensidade de trabalho e alta de tecnologia por unidade de renda gerada. Assim, estratégias de bioeconomia na Amazônia não podem atrair fluxos migratórios, e a renda gerada tem que de alguma forma se direcionar à população que já lá está.

Alternativamente, não há como prescindir de pagamentos por serviços ambientais associados à comercialização de créditos de carbono por redução de desmatamento. Por isso, a posição brasileira na regulamentação dos

mecanismos de mercado do Acordo de Paris tem que ser mais ativa e com maior rigor à integridade ambiental para que esse mercado floresça.

O país já é competitivo na energia eólica, solar e de biomassa e não compensa mais também a ampliação da geração hidrelétrica na região quando a construção de barragens e reservatórios impacta a infraestrutura e atrai fluxos migratórios. E não há mais que se permitir a existência de garimpos dentro da floresta que até agora só agregaram poluição e pobreza na região.

Por fim, seria crucial incluir critérios de preservação florestal para a divisão das receitas entre municípios e Estados dos novos impostos a serem criados nas iniciativas de reforma tributária em discussão no parlamento. Essa repartição tributária é uma oportunidade única para atrair a gestão local, principalmente a municipal, para a lógica da conservação.

Ronaldo Seroa da Motta é professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/07/2020

Seção: Política

Autor: Jussara Soares e Renato Vasconcelos

Título: Dois ministros são infectados com covid-19

Dois ministros informaram ontem que receberam diagnóstico positivo para a covid-19: Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Milton Ribeiro (Educação). Além do presidente Jair Bolsonaro, que divulgou teste positivo para coronavírus no último dia 7, Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Bento Albuquerque, de Minas e Energia, já tinham sido infectados em março. Onyx afirmou que está tomando ivermectina e cloroquina, medicamentos ainda sem eficácia comprovada cientificamente no tratamento do novo coronavírus. “Estou seguindo o protocolo de azitromicina, ivermectina e cloroquina e já sinto os efeitos positivos”, escreveu Onyx em suas redes sociais ontem de manhã. “Estou bem melhor, em isolamento e sigo o trabalho em home office.” Já Ribeiro disse que está “medicado” e despachará remotamente.

Segundo Bolsonaro, o ministro da Educação também está tomando cloroquina. Ribeiro tomou posse como ministro na quinta-feira passada. O presidente da República, afastado pela covid-19, participou por meio de videoconferência. Na solenidade, fechada para a imprensa, Ribeiro estava ao lado dos ministros Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral, e Walter Braga Netto, da Casa Civil.

Planalto. Os dados mais recentes da Secretaria-Geral da Presidência, de 10 de julho, indicam 128 casos de coronavírus no Planalto, onde trabalham 3.400 pessoas. No balanço anterior, com informações de 3 de julho, eram 108 infectados. Ou seja, no intervalo de uma semana foram confirmados mais 20 casos da doença, uma média de quase três novos por dia

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/07/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: É a economia, presidente!

Em carta aberta, 17 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central cobraram uma agenda de “recuperação verde”. Além de engrossar o coro de vozes que pressionam o governo a assumir suas responsabilidades ambientais, o documento tem especial interesse por elencar diretrizes formuladas por economistas de primeiro escalão, mostrando que a transição para uma economia sustentável, além de ser viável, pode ser lucrativa.

A Agência Internacional de Energia estima que cada US\$ 1 investido na transição energética gera um retorno de US\$ 3 a US\$ 8, e investimentos anuais de US\$ 180 bilhões nos próximos três anos podem gerar um imenso capital nos próximos 25 anos. Segundo o FMI, o PIB global pode ser impulsionado em 3,5% acima dos níveis usuais, gerando cerca de 7 milhões de empregos na construção, indústria e outros setores até 2023. De resto, pesquisas recentes apontadas pelo Fórum Econômico Mundial mostram que 7 em cada 10 pessoas acreditam que a crise climática é tão séria quanto a pandemia, e a maioria de cada país deseja uma recuperação verde.

Além do fim do desmatamento, os signatários da carta apontaram três linhas de ação: alcançar a economia de baixo carbono; aumentar a resiliência climática; e impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias. “Um passo crucial para a transição para uma economia de baixo carbono é eliminar subsídios a combustíveis fósseis.” Com efeito, o FMI estima que o fim da subprecificação dos combustíveis fósseis geraria globalmente US\$ 2,8 trilhões em receitas fiscais a cada ano. Estas receitas podem ser empregadas em apoios públicos à inovação verde e investimentos- chave de infraestrutura.

Dada a prioridade imediata de estabilidade econômica, o poder público pode se ver forçado a apoiar empresas envolvidas em emissão de carbono, mas este apoio deveria ser condicionado a inovações sustentáveis. O tempo é oportuno para as empresas buscarem o enquadramento em padrões internacionais de sustentabilidade. Isso ajudará a atrair o capital privado. Assim como na recessão de 2008, os investimentos públicos em infraestrutura serão cruciais, mas

deveriam ser ainda mais focados em infraestruturas sustentáveis. Estima-se que as infraestruturas de energias verdes gerem duas vezes mais empregos que as de combustíveis fósseis.

De resto, “a expansão de investimentos sustentáveis, como no saneamento”, lembra a carta, “tem um impacto social tão ou mais importante que suas implicações ambientais”. Além de integrar esforços para “reconstruir melhor” a economia global, o Brasil precisa reconstruir sua reputação. Como apontou em artigo no Estado Rubens Ricupero, um dos signatários da carta, isso exigirá uma bateria de ações bilaterais nos fóruns internacionais e institutos financeiros, como demonstrar o empenho do País em atender aos compromissos do acordo Mercosul-União Europeia; propor uma coalizão internacional de organismos financeiros e instituições privadas; apoiar a negociação de acordos sobre comércio de bens ambientais; responder às recomendações da OCDE sobre políticas ambientais; ou participar ativamente das discussões nas Cúpulas Climáticas da ONU.

“O Brasil tem evidentes vantagens como economia de baixo carbono, dada a composição de sua matriz energética, a abundante radiação solar, agricultura pujante produtora de vultosas quantidades de biomassa, recursos hídricos e florestas extensas e biodiversas”, diz a carta. “Em função de tais vantagens comparativas, é do interesse do país estar entre os líderes da transição para uma economia mundial carbono-neutra.”

Não há dúvida de que o presidente da República e alguns de seus principais correligionários no Planalto não se inclinam a reconhecer a importância da questão ambiental em si. Mas esse contratempo pode ser superado. Os dados e a pressão de investidores e dos mais destacados protagonistas da política econômica nacional das últimas três décadas bastam para mostrar que, sejam lá quais forem as convicções pessoais dos atuais governantes, o investimento em desenvolvimento ambiental é do interesse econômico do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/07/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Ministério da Economia defende mercado de comercialização

O Ministério da Economia defende a criação do mercado de comercialização do crédito de carbono, segundo o coordenador de Economia Verde da pasta, Gustavo Fontenele, porque o modelo via imposto implicaria alta na carga tributária. “O mercado de carbono para o Brasil será mais dinâmico e útil, entre outros fatores, porque podemos contar com a participação mais ativa de atores

já estabelecidos, na transparência e fixação de preços. Segundo Fontenele, a segurança jurídica da regulação, o espaço para participação da sociedade civil e do empresariado e o objetivo de não atrapalhar a competitividade das empresas norteiam o trabalho da proposta de criação do mercado de comercialização.

Os primeiros passos, explica, serão a criação de uma metodologia nacional harmônica para medir e registrar as emissões e a escolha dos melhores instrumentos jurídicos e legais para negociar as emissões – como títulos ou outras opções. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), reguladora do mercado de capitais, e a B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, também serão ouvidas, mas ainda não há definição sobre onde os direitos de emissão seriam negociados. Para o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Ronaldo Seroa, a criação de um mercado de comercialização é preferível onde os números de agentes a serem regulados pela precificação não é muito grande.

Dessa forma, a gestão seria menos complexa e não incluiria pequenas e médias empresas, que teriam dificuldades administrativas em participar dessas trocas. Na indústria, explica Seroa, o mercado funciona bem porque as mil maiores plantas industriais emitem de 70% a 80% do total. Já no setor de transportes, a instituição de um tributo seria justificável, por não haver predomínio de poucos poluidores. Mesmo assim, há mercados de carbono setoriais, com metas de descarbonização, como o RenovaBio, que já tem cerca de 200 produtores de biocombustíveis certificados e autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a emitir Cbios (créditos de descarbonização) no mercado.

As distribuidoras adquirem Cbios para compensar as emissões relacionadas à venda de combustíveis fósseis Especialista em mudanças climáticas, a professora Andrea Santos, da Coppe/UFRJ, acompanha as negociações internacionais sobre mudança de clima há mais de dez anos e acredita que é importante o País estar preparado no momento em que as discussões em torno do Acordo de Paris e da criação de um mercado global de créditos de carbono forem destravadas. “O Brasil tem de fazer o dever de casa no sentido de montar uma estrutura de governança adequada para liderar o mercado de crédito de carbono, articulando setor privado e governo.” / M.D. E V.N.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/07/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Pandemia trava negócios na Bolsa com créditos de descarbonização

Rio de Janeiro - A crise gerada pela pandemia emperra as negociações dos primeiros créditos de carbono lançados na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, e abriu uma frente de batalha entre distribuidores de combustíveis e produtores de etanol e biodiesel sobre os rumos de programa de incentivo a combustíveis renováveis, lançado no governo Michel Temer.

Os primeiros certificados, chamados de Cbios, foram registrados na B3 em 25 de abril. Até sexta-feira (17), apenas 1% do estoque de títulos registrados havia sido negociado. E, ainda assim, em valores bem inferiores aos esperados. A ausência de negócios reflete uma disputa de bastidores no setor sobre a revisão das metas do programa devido à pandemia. As distribuidoras dizem que o consumo despencou e pedem o adiamento das obrigações de compra de títulos para 2021.

O agronegócio, que é o vendedor dos títulos, é contra. O Ministério de Minas e Energia já propôs a redução em 50% das metas de 2020, com efeito na evolução das obrigações pelos próximos dez anos, mas vem sendo pressionado pelos dois lados para rever a proposta.

O programa prevê que distribuidoras comprem certificados para compensar a emissão de poluentes no consumo dos produtores. O objetivo é transferir recursos da venda de combustíveis fósseis para a produção de energia renovável, barateando seu custo e incentivando o consumo.

Tem como objetivo ajudar o Brasil a cumprir metas de descarbonização prometidas no Acordo de Paris. Cada título equivale à emissão de uma tonelada de carbono na atmosfera. As metas de cada distribuidora são calculadas de acordo com a projeção de equivalente ao volume de combustíveis fósseis que cada uma põe no mercado.

A primeira operação de compra foi realizada no dia 12 de junho, quando a consultoria Datagro, especializada no mercado de etanol, adquiriu 100 Cbios por R\$ 50 cada um.

Embora não opere no setor de combustíveis, a empresa diz que fez o negócio para neutralizar as emissões de carbono dos eventos que produz. As compras seguintes, porém, tiveram preços médios bem inferiores, entre R\$ 15 e R\$ 21, em um indicativo de que o interesse do mercado depende da definição pelo governo das novas metas de aquisição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco**Título: A festa da farda**

No “Almanaque do Exército”, ele era o coronel Jonas Madureira da Silva Filho. Na intimidade matrimonial, apenas Madu. O personagem do livro de Marques

Rebello passava os dias de pijama, no conforto da reserva remunerada. Depois do golpe, foi convocado para uma tarefa patriótica: assumir um cargo de chefia no Segal, o Serviço Geral de Abastecimento e Lubrificantes.

“O simples coronel Madureira” se passa no início da ditadura de 1964, quando os militares se apinharam na burocracia federal. Junto com os postos, veio uma penca de diárias, gratificações e mordomias. A mulher de Madu ficou eufórica: sobraria dinheiro para comprar o sonhado faqueiro de prata.

A festa da farda se repete no governo de Jair Bolsonaro. Desde aposse do capitão, o número de militares em cargos civis mais que dobrou. Saltou de 2.765 para 6.157, segundo dados do Tribunal de Contas da União.

Além de estender o cabide, o presidente engordou os contracheques. Em dezembro, o oficialato se esbaldou numa reforma da Previdência bem particular. Enquanto os paisanos sofriam perdas, os fardados ganharam reajustes de até 73%, incluindo novos penduricalhos.

Os oficiais que vão para a reserva passaram a ganhar bônus de oito salários, o dobro da regra anterior. Um dos primeiros a receber o presente foi o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Em maio, ele pendurou o quepe de almirante com um mimo de R\$ 300 mil.

Ontem o “Estadão” revelou que o governo pretende criar mais duas gratificações exclusivas para os militares. Quem já recebe extras de R\$ 1,7 mil passaria a embolsar R\$ 6,9 mil. Um fabuloso aumento de 303%.

A farra mostra que o apoio dos quartéis a Bolsonaro virou um negócio lucrativo. A generosidade é tanta que transborda para os herdeiros. A filha do general Villas Bôas já ganhou dois cargos no ministério da pastora Damares. Agora o general Braga Netto, chefe da Casa Civil, deve emplacar a filha na Agência Nacional de Saúde.

Formada em relações públicas, a moça substituirá um servidor de carreira. A vaga fica no Rio, não exige concurso e paga salário de R\$ 13 mil. Com uma boquinha dessas, nem o coronel Madureira ousaria sonhar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/07/2020

Seção: O País

Autor: Fernanda Alves

Título: Mais dois ministros testam positivo para Covid-19

Mais dois ministros do governo Bolsonaro anunciaram, ontem, que tiveram diagnóstico positivo para Covid-19: o titular da pasta da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e o da Educação, Milton Ribeiro. Com isso, são quatro os ministros que já contraíram o vírus: além de Onyx e Ribeiro, o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e Bento Albuquerque, à frente da pasta de Minas e Energia, foram diagnosticados com o novo coronavírus. O presidente também se recupera da Covid-19.

Onyx fez o anúncio de sua contaminação em uma postagem em seu Twitter. Ele disse que começou a sentir os sintomas da doença na última quinta-feira e que fez o teste na sexta, quando começou a tomar hidroxicloroquina. “Desde sexta estou seguindo o protocolo de azitromicina, ivermectina e cloroquina e já sinto os efeitos positivos”, disse o ministro, que escreveu que vai manter o isolamento e trabalhar em home office.

Assim como o presidente, Onyx também adotava um discurso de minimizar a gravidade da pandemia. Ele costumava andar sem máscara e participava de reuniões e cerimônias sem cumprir o protocolo de prevenção, como cumprimentar com o cotovelo. Em maio, Onyx foi a um protesto em Brasília com máscara, mas abaixada, no queixo, abraçando e cumprimentando manifestantes.

O ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro, também usou o Twitter para dizer que estava com Covid-19.: “Já estou medicado e despacharei remotamente”, escreveu.

Ribeiro tomou posse na última quinta-feira em uma cerimônia discreta no Palácio do Planalto. O ministro chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, compareceu presencialmente. Bolsonaro participou por videoconferência.

Diagnosticado com a Covid-19 no dia 7 de julho, Bolsonaro testou positivo para um segundo exame do vírus, como anunciou na última semana. Ontem, seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro, informou durante uma transmissão ao vivo pela internet que o pai se submeterá hoje ao terceiro teste.

Após o segundo exame positivo, Bolsonaro disse que o tratamento com hidroxicloroquina estava “funcionando”. No sábado, o presidente disse que também tomou o vermífugo nitazoxanida, cujo nome comercial é Annita, sem comprovação científica de eficácia no tratamento.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/07/2020

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: A ameaça para o Brasil nas eleições americanas

Enquanto a imagem do Brasil se deteriora diante do aumento acelerado do desmatamento na Amazônia, o país corre o risco de ficar ainda mais isolado com o avanço do democrata Joe Biden nas pesquisas para a corrida presidencial dos Estados Unidos contra o republicano Donald Trump, que busca a reeleição.

Na avaliação de especialistas ouvidos pelo Correio, uma vitória de Biden exigirá mudanças na condução da atual política externa que, aliás, ainda não tem uma estratégia clara. Outro ponto que forçará alterações do governo Bolsonaro é na questão ambiental.

A preservação entrou na pauta das prioridades de governos europeus e da sociedade internacional, e o Brasil já corre risco de retaliação na conclusão do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Maior conscientização da necessidade de produtos que não agredem o meio ambiente está mudando os padrões de consumo e de investidores pelo mundo. “As certificações socioambientais das empresas podem ter impacto maior do que retaliações entre governos. Entes privados e consumidores internacionais geram uma espécie de sanção branca que poderá fazer com que os produtos brasileiros não acessem determinados mercados estratégicos”, alerta o cientista político Leandro Consentino, professor do Insper.

Fundos de investimentos e empresas já se mobilizaram e exigiram uma atitude mais responsável do governo brasileiro no campo socioambiental. Em carta aberta à sociedade, ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central

defenderam uma agenda ambiental e providências para zerar o desmatamento. O vice-presidente Hamilton Mourão vem conversando com todos, e o governo publicou um decreto proibindo queimadas por 120 dias na quinta-feira.

Mas o sinal de alerta está ligado. Enquanto Trump abandonou o Acordo de Paris, que traça meta de redução das emissões de carbono, ameaça deixar a Organização Mundial da Saúde (OMS) e tenta maquiar os números da pandemia de covid-19, Biden sinaliza o contrário e ganha força na campanha em estados-chaves, lembram os analistas.

Semana passada, o democrata anunciou um plano de investimentos ambicioso de US\$ 2 trilhões em quatro anos, com propostas de combate às mudanças climáticas, que incluem ampliar o uso de energia limpa nos setores de transporte, de eletricidade e de construção civil. Em pesquisa recente divulgada por NBC News e The Wall Street Journal, Biden está com 51% das intenções de voto, enquanto Trump, 40%.

Para o cientista político norte-americano David Fleischer, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), está praticamente certa a vitória do democrata, porque a rejeição ao republicano cresce enquanto ele conduz mal o enfrentamento da pandemia. “Bolsonaro e integrantes do governo estão preocupados com o avanço de Biden e já estudam o que fazer. E, caso o democrata vença, o presidente vai ter de trocar os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores)”, destaca.

Christopher Garman, diretor para as Américas do Eurasia Group, é mais cauteloso em apostar em uma vitória de Biden. “O sistema eleitoral dos EUA é bastante complexo e ainda não dá para cravar a derrota de Trump, quando ele ainda tem 40% das pretensões de voto”, pondera o cientista político norte-americano. Contudo, ele reconhece que o Brasil já está pagando o custo reputacional por negligenciar as questões sustentáveis. “A pauta ambiental está ganhando corpo na Europa devido às pressões da opinião pública e, com Biden mais comprometido com essa agenda, a tendência é de o Brasil ficar na defensiva daqui para a frente”, avalia.

“O Brasil já está isolado do mundo nesse movimento crescente de preocupação ambiental, porque esse tema passou a pesar nas avaliações das empresas, mexe com o preço das ações, e empresas europeias e norte-americanas já estão fazendo”, frisa a economista e especialista em relações internacionais Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Ela destaca que, após as críticas, o governo tenta sinalizar

mudanças, mas, ainda, não há garantias. “Meio ambiente é um fator que está pesando na competitividade das empresas, e acionistas estão mais preocupados com a questão da responsabilidade socioambiental. É um ativo importante, porque as mudanças climáticas mexem com o ecossistema mundial, e o peso disso está muito claro. Não à toa, está havendo reações de investidores, empresários e ex-ministros em relação ao aumento das queimadas no país.”

Na opinião do ex-embaixador e ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente Rubens Ricupero, o cenário de vitória de Biden “parece bem realista, até provável”, mas, tudo pode acontecer nesses quatro meses. Ele foi um dos 17 ex-ministros que assinaram a carta aberta à sociedade defendendo uma agenda mais responsável do ponto de vista socioambiental.

“O problema não é o Brasil ficar isolado, mas o governo Bolsonaro. Isso se dá porque, em vez de manter a linha de uma política externa que reflete os interesses nacionais permanentes do país, o atual governo abraçou um tipo de diplomacia na qual o critério definidor é a afinidade ideológica entre governos, não os interesses permanentes dos países”, destaca Ricupero. Segundo ele, a dificuldade de Bolsonaro será maior com o Partido Democrata caso Biden vença.

O ex-ministro recorda a carta recente do Congresso opondo-se a qualquer acordo comercial com o Brasil. “Mais recentemente, uma deputada propôs emenda à lei sobre ajuda externa, proibindo, especificamente, qualquer cooperação militar com nosso país. Como se vê, antes mesmo de uma eventual vitória democrata, os problemas concretos já começaram. Não se trata, portanto, de uma hipótese futura, mas de uma realidade presente”, afirma Ricupero.

Torcida

Na quinta-feira, em transmissão nas redes sociais, Bolsonaro disse que torce pela reeleição de Trump e disse que, em caso de derrota do republicano, tentará aprofundar as relações comerciais com os americanos.

De acordo com o ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa, é importante esse tipo de sinalização, porque a diplomacia institucional entre os governos deve prevalecer acima de preferências ideológicas. “A relação pessoal não tem nada a ver com as relações institucionais entre dois países. Os EUA tomaram uma série de medidas restritivas em relação ao Brasil, apesar do bom relacionamento entre Trump e Bolsonaro”, ressalta.

Barbosa lembra que, apesar de os EUA serem um dos maiores parceiros comerciais brasileiros, o Brasil não está entre as prioridades de Washington, porque “não tem representação econômica expressiva”.

Vale lembrar que Biden tem histórico de ser um bom apaziguador com o Brasil. Durante a crise de espionagem da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, o então vice de Barack Obama foi escalado para resolver o problema e aparar as arestas entre os dois países.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Terça-feira, 21 de julho de 2020 - Ano 21 - Número 2047 - R\$ 3,00

Busca de indenização por lucro cessante na pandemia movimenta escritórios de advocacia C1

Bancos aderem à nuvem em transição digital C3

Iniciativa da Bayer conecta produtor rural ao mercado de crédito de carbono, diz Santos B9

Valor

ECONÔMICO

20 JUL 2020

Destaque

Reforma tributária ganha impulso
O governo decretou a urgência em 15 dias, ao longo de julho, para a aprovação da reforma tributária. A proposta de alteração da Lei do Cofins, que trata da tributação de lucros e dividendos, ganhou força na Câmara dos Deputados. O texto prevê a redução da alíquota de 15% para 10% e a extinção do PIS e da COFINS. A medida é considerada essencial para a recuperação econômica do país. **Página 2**

Negociantes esperam o risco
A expectativa de uma queda das taxas de juros e a possibilidade de uma recuperação econômica do país estão entre os fatores que motivam os negociantes a manterem suas posições no mercado financeiro. A queda das taxas de juros é vista como uma oportunidade para a valorização das ações. A possibilidade de uma recuperação econômica é vista como uma oportunidade para a valorização dos títulos de dívida. **Página 3**

China prepara retaliação ao SG
A China está se preparando para uma possível retaliação ao Sistema Geral de Comércio (SG). A China está se preparando para uma possível retaliação ao SG. A China está se preparando para uma possível retaliação ao SG. **Página 4**

Pandemia impõe a atenção ao risco
A pandemia de COVID-19 impõe a atenção ao risco. A pandemia de COVID-19 impõe a atenção ao risco. A pandemia de COVID-19 impõe a atenção ao risco. **Página 5**

Chesnoy paga US\$ 13 bil pela Mobil
A Chesnoy pagou US\$ 13 bilhões pela Mobil. A Chesnoy pagou US\$ 13 bilhões pela Mobil. A Chesnoy pagou US\$ 13 bilhões pela Mobil. **Página 6**

Gratificação emergencial não é devida
A gratificação emergencial não é devida. A gratificação emergencial não é devida. A gratificação emergencial não é devida. **Página 7**

Brasil trabalha na recuperação
O Brasil está trabalhando na recuperação. O Brasil está trabalhando na recuperação. O Brasil está trabalhando na recuperação. **Página 8**

Indeais
Indeais. Indeais. Indeais. **Página 9**

Podre Café
Podre Café. Podre Café. Podre Café. **Página 10**

Pietro Erber
Pietro Erber. Pietro Erber. Pietro Erber. **Página 11**

Indicadores
Indicadores. Indicadores. Indicadores. **Página 12**

Ação da Via Varejo sobe após publicação em rede social

Juliana Martins, Maria Luiza e
Beatriz Costa

A Via Varejo, maior rede de varejo eletrônico do Brasil, sobe após a publicação de uma mensagem em uma rede social. A mensagem dizia que a empresa estava em boas condições financeiras e que estava trabalhando para superar a crise. A ação da Via Varejo sobe após a publicação em rede social. **Página 13**

Petrobras sai do capital da TAG

André Resende

A Petrobras saiu do capital da TAG. A Petrobras saiu do capital da TAG. A Petrobras saiu do capital da TAG. **Página 14**

to e a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que atua em nome do mercado financeiro. A CVM é responsável por garantir a transparência e a integridade do mercado financeiro. A CVM é responsável por garantir a transparência e a integridade do mercado financeiro. **Página 15**

A Petrobras saiu do capital da TAG. A Petrobras saiu do capital da TAG. A Petrobras saiu do capital da TAG. **Página 16**

Vacinas avançam e dão ânimo aos mercados

Flavio Tavares

A notícia de que a vacina para o COVID-19 está sendo desenvolvida dá ânimo aos mercados. A notícia de que a vacina para o COVID-19 está sendo desenvolvida dá ânimo aos mercados. **Página 17**

tem "impulsos tecnológicos" e os mercados por todos os países. Os mercados por todos os países. Os mercados por todos os países. **Página 18**

VEM AÍ O MAIOR SALTO TECNOLÓGICO DE UMA MARCA NO CENÁRIO AUTOMOTIVO BRASILEIRO.

CHEVROLET

Grupos rivais querem ativos da Laureate

Beatriz Costa

Dois grupos de educação — o Ser Educacional e o Unilever — estão interessados em adquirir a Laureate. O Ser Educacional está interessado em adquirir a Laureate por US\$ 1,5 bilhão. O Unilever está interessado em adquirir a Laureate por US\$ 2 bilhão. **Página 19**

Fundeb pode render R\$ 8 bi ao Renda Brasil

Pablo Gross e Raphael Costa

O Fundeb pode render R\$ 8 bilhões ao Renda Brasil. O Fundeb pode render R\$ 8 bilhões ao Renda Brasil. O Fundeb pode render R\$ 8 bilhões ao Renda Brasil. **Página 20**

Embraer pode perder venda bilionária ao Irã

Fabio Martins

A Embraer pode perder uma venda bilionária ao Irã. A Embraer pode perder uma venda bilionária ao Irã. A Embraer pode perder uma venda bilionária ao Irã. **Página 21**

O presidente do Conselho de Administração da Embraer, Marcelo de Lencastre, afirmou que a Embraer não está interessada em vender para o Irã. A Embraer não está interessada em vender para o Irã. **Página 22**

LIVE do VALOR

- 7h30** - **Paulo Roberto**, diretor do Rio de Janeiro, fala sobre a situação da cidade.
- 8h30** - **Roberto Campos Neto**, presidente do Banco Central, fala sobre a situação do Brasil.
- 9h30** - **Antonio Carlos**, ministro da Saúde, fala sobre a situação do Brasil.
- 10h30** - **Marcelo de Lencastre**, presidente da Embraer, fala sobre a situação da empresa.
- 11h30** - **Carlos Janssen**, ministro da Economia, fala sobre a situação do Brasil.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1873 JULIO MESQUITA (1866 - 1947)

Terça-feira 21 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46298

estadao.com.br

Reforma tributária do governo vai ao Congresso sem consenso

Ideia é unificar PIS e Cofins com alíquota de 12%; agro, indústria, comércio e serviços têm propostas próprias

O governo entrega hoje ao Congresso a primeira fase de sua proposta de reforma tributária. O ponto central é a unificação do PIS/Cofins com alíquota de 12% e um novo nome: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Cada setor da economia, porém, defende proposta própria. A indústria tem preferência por uma reforma ampla, que unifique os tributos federais junto com o estadual (ICMS) e municipal (ISS), e se diz disposta a discutir um novo tributo nos moldes da CPMF sobre operações digitais para bancar a desoneração da folha de pagamentos. O setor de serviços não aceita a alíquota de 12% e quer debater a proposta em paralelo com a recriação da CPMF para bancar a desoneração da folha. O comércio considera que a simplificação do PIS/Cofins é um bom início, mas quer tributação de renda. A preocupação do setor agropecuario é evitar que haja aumento na sua carga tributária para compensar o alívio para

Indústrias trocam Argentina pelo Brasil

● A crise na Argentina tem levado multinacionais – em especial as da cadeia automotiva – a transferir parte de seus negócios para o Brasil. Basf, Saint-Gobain Sekurit e Axalta já tomaram esse caminho. Empresas de infraestrutura também estudam a possibilidade de mudança. **PÁG. B8**

outros segmentos. Essa primeira fase da reforma tributária proposta pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve incluir a oneração dos produtos da cesta básica. A ideia é que o aumento de arrecadação ajude a custear o programa Renda Brasil. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

Vacina de Oxford tem bons resultados, mostra estudo

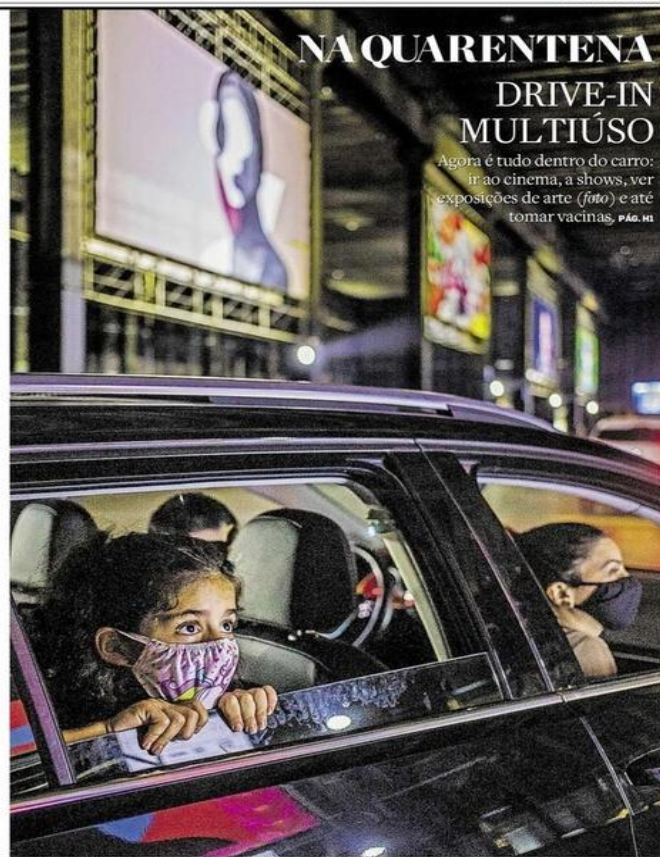
Estudo publicado ontem na revista *The Lancet* confirmou que a vacina que está sendo desenvolvida em Oxford é segura, não produz efeitos colaterais graves e induz uma resposta imunológica do organismo. Esses resultados são referentes às fases 1 e 2 dos testes com 1.077 voluntários saudáveis entre 18 e 55 anos, no Reino Unido. O principal autor do estudo, Andrew Pollard, alerta que são necessárias mais pesquisas antes da confirmação de que a vacina protege efetivamente contra a infecção por SARS-CoV-2 e por quanto tempo dura a proteção. A terceira etapa de testes está em andamento em vários países, entre eles o Brasil, em um total de 50 mil pessoas. Começam hoje no Hospital das Clínicas de SP os testes de uma outra vacina, a CoronaVac, que

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	80.251
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 2020, ATÉ AS 20h DE ONTEM	718
MEDIANAS DIÁRIAS DE MORTES (7 DIAS)	1.047
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.121.645
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 2020, ATÉ AS 20h DE ONTEM	21.749

está sendo desenvolvida na China e apresentou bons resultados em cerca de 500 voluntários. **METRÓPOLE / PÁGS. A22 e A23**



NA QUARENTENA DRIVE-IN MULTIÚSO

Agora é tudo dentro do carro: ir ao cinema, a shows, ver exposições de arte (foto) e até tomar vacinas. **PÁG. H1**

80% das cidades usam Fundeb para pagar a professor

Em meio às discussões sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), estudo mostra que 8 em cada 10 municípios usam esse recurso para pagar a professores e outros funcionários da educação. O Fundeb responde pela maior parte do financiamento da educação pública e sua renovação deve ser votada hoje na Câmara. **METRÓPOLE / PÁG. A25**

Governo quer quadruplicar bônus a militar

Minuta de MP prevê que oficiais que hoje ganham até R\$ 1.734,93 como adicional para exercer cargo de confiança na administração passem a receber até R\$ 6.991,73. Os militares de patente mais baixa poderão receber R\$ 2.591,46. Na área econômica, avaliação é de que o momento "não está favorável". **POLÍTICA / PÁG. A4**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A movimentação base do governo

Mesmo depois da farta distribuição de prebendas, o governo não teve votos suficientes para barrar projetos contrários a seus interesses. **PÁG. A3**

O caminho adiante

Thomas Friedman fez advertência direta a líderes populistas como Trump e Bolsonaro. **PÁG. A3**

Aprovação ao governo está em alta, diz pesquisa

POLÍTICA / PÁG. A6

Cloroquina doada por Trump vira problema

METRÓPOLE / PÁG. A23

Eliane Cantanhêde
Sem culpa na pandemia, militares têm tudo a ver com as políticas do governo Bolsonaro para Amazônia e China. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Pedro Fernando Nery
Carteira do desembargador é emblemática de como falta ao País coesão social, fator crucial para o desenvolvimento. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Tempo em SP 14° Min. 27° Máx.



VEM AÍ O MAIOR SALTO TECNOLÓGICO DE UMA MARCA NO CENÁRIO AUTOMOTIVO BRASILEIRO.

VerCapas.com.br
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.347

TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

ENTREVISTA

Rodrigo Roca

Promotoria é que atrasa apuração sobre 'rachadinha'

O novo advogado do senador Flávio Bolsonaro atribui ao Ministério Público o atraso na conclusão das investigações sobre "rachadinha" no antigo gabinete de seu cliente. Roca faz referência à recusa da Promotoria em aceitar o foro especial definido pelo TJ fluminense. Poder A6

FOLHA EXPLICA
O que pesa contra Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz

Poder A8

Cristina Serra
Militares e genocídio

Indígenas contaminados têm 98% mais chances de morrer de Covid do que brancos. Esta vulnerabilidade deveria ter ensejado ação do Estado. Militares não gostaram de ser associados a um genocídio; que durmam em paz. Opinião A2

PAINEL
Salário cortado? Você não trabalha no Congresso

Enquanto 9,3 milhões tiveram salários suspensos ou reduzidos, deputados e senadores ganharam em junho R\$ 50 mil, com gratificação antecipada. Nenhum benefício foi alterado na pandemia. Poder A4

À frente do STF, Fux deve priorizar temas econômicos

Poder A4

'Não sai da mente', diz guarda sobre desembargador

O guarda-civil de Santos (SP) Cícero Hilário Neto foi chamado de analfabeto ao autuar o desembargador Eduardo Prado de Siqueira, que se recusou a colocar máscara, e diz que não consegue se esquecer da ofensa. Cotidiano B8

EDITORIAIS A2

Babel do Fundeb

Sobre renovação tumultuada do fundo do ensino.

Obsoleto desacato

A respeito de crime de desrespeito a autoridades.

ATMOSFERA

São Paulo hoje
27°
14°
0h 6h 12h 18h 24h

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 266.747.984
VISITANTES ÚNICOS 44.825.539

ISSN 1644-4721
9 771414 33347 33347
07/14/2020



LUTA CONTRA A COVID-19 NO BAIXO TAPAJÓS

Em Santarém (PA), nas margens do rio Tapajós, líder da etnia Arapium faz teste rápido aplicado por enfermeiros da Secretaria Especial de Saúde Indígena

Pandemia no Brasil

	Casos	Óbitos
Brasil		
Total	21 mil	80,3 mil
Óbitos*	33,4 mil	1.047
Variação**	-8,6%	2,2%
Estágio:	Acelerado	

Estágios da pandemia

☒ Acelerado
☐ Estável
☐ Desacelerado
☐ Reduzido



Situação nos municípios

☒ Acelerados
 Brasília (DF)
 Curitiba (PR)
 Belo Horizonte (MG)
 Ribeirão Preto (SP)

☒ Reduzidos
 Fortaleza (CE)
 Recife (PE)
 Manaus (AM)
 São Luís (MA)

Dados das 20h de 20 jul
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias

Saúde B3

Aos 79, modelo de ne é a paciente de número 2.500 a se curar no Anhembi

Testes da vacina de Oxford obtêm resultados positivos

Produto é seguro e produziu resposta imune em experimento com 1.077 pessoas

A vacina experimental contra o novo coronavírus feita em parceria pela Universidade de Oxford e o laboratório AstraZeneca é segura e produziu resposta imune em voluntários saudáveis que participaram de ensaios clínicos iniciais, segundo artigo publicado ontem.

Ela não causou efeitos adversos graves e provocou respostas imunes de anticorpos e das células T. "Esperamos que isso signifique que o sistema imune se lembrará do vírus e que a vacina consiga proteger as pessoas por um longo período", disse Andrew Pollard, de Oxford.

"No entanto, precisamos de mais pesquisas antes de confirmar que é eficaz em proteger contra o coronavírus e por quanto tempo a proteção vai durar". O produto é um dos mais avançados na corrida contra a doença e já está em fase 3, a última antes da comercialização.

No fim de junho, o Ministério da Saúde assinou carta-compromisso com a empresa e a universidade para que a vacina, viabilizada, seja feita na Fiocruz. Saúde B1

São Paulo começa hoje a testar imunização de laboratório chinês Saúde B1

A partir dos 10, criança espalha vírus como adulto

Pesquisadores da Coreia do Sul descobriram que crianças menores de 10 anos transmitem coronavírus com menos frequência do que adultos. Quem tem entre 10 e 19 anos pode propagá-lo tanto quanto os mais velhos. Saúde B2

PMs de unidades mais letais não terão câmeras

O governo paulista deve anunciar nesta semana a expansão do programa de câmeras em uniformes de PM, mas unidades conhecidas pela alta letalidade não serão incluídas. A Secretaria da Segurança não explicou o motivo. Cotidiano B7

Após propor redução, governo negocia mais verba para o Fundeb

Após propor alterações que desidratavam o projeto de renovação do Fundeb, o governo Jair Bolsonaro fez ontem nova rodada de negociações. Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) esteve com parlamentares, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e demonstrou que o Executivo estaria disposto a manter as linhas do projeto já em discussão na Casa desde 2019.

Principal mecanismo de financiamento da educação básica, o fundo é responsável por R\$ 4 de cada R\$ 10 gastos pelas redes públicas de ensino. Sua vigência expira no fim deste ano. O governo se comprometeu a ampliar a complementação da União, chegando a 23%. O projeto da Câmara amplia os atuais 10% para 20%, de modo escalonado até 2026. Cotidiano B6

Ilustrada B9

Jup do Bairro leva experiência negra e trans a álbum com pegada roqueira

Esporte B13

Após o caso em Portugal, Jorge Jesus é celebrado em seu retorno ao país



Vera França, 79, modelo de nu artístico há 59 anos, em São Paulo. Eduardo Knepp/Folha Press

Equipe econômica quer R\$ 8 bi do fundo para o Renda Brasil

Para reforçar o projeto do Renda Brasil, a equipe econômica propõe direcionar até R\$ 8 bilhões por ano do Fundeb, fora do teto de gastos, para um voucher de creches. A ideia é vista como manobra por economistas. Mercado A17

Alcolumbre mira reeleição e segura vetos do Planalto

Mercado A18

Ministros da Cidadania e do MEC estão com Covid. Ministros Onyx Lorenzini (Cidadania) e Milton Ribeiro (MEC) anunciaram estar infectados. Poder A12

Em debate sobre UE, holandeses viram 'do contra'. O premiê holandês, Mark Rutte, diz estar preparado para negociar o futuro do bloco por dias. Mundo A14



Acesso grátis para o assinante

Baixe agora o aplicativo do GLOBO, eleito o melhor da América Latina, apontando a câmera para o código ao lado



SEGUNDO EM QUARENTENA

Vaquinha vai ajudar o Estação a sobreviver, diz Adriana Rattes



Futebol: Sem jogos, jovens da base vivem incerteza e voltam para casa **PÁGINA 24**

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2020 ANO XLV - Nº 31.760 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$5,00 2ª EDIÇÃO

LUTA CONTRA O VÍRUS

Vacinas de Oxford e da China são seguras e geram imunidade

Eficácia só pode ser determinada após fim da fase 3, mas cientistas estão otimistas

Estudo publicado na revista científica The Lancet relata que vacina criada pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca é segura, tem poucos efeitos colaterais e estimulou a produção de anticorpos e células do sistema de defesa. O imunizante está em teste da fase 3 no Brasil, numa parceria entre Unifesp e

Instituto D'Or. A vacina desenvolvida pela CanSino Biologics e pela área de pesquisa militar da China também teve bons resultados, assim como a da alemã BioNTech e da Pfizer. Embora a eficácia ainda dependa dos testes em larga escala com humanos, notícia gerou otimismo na comunidade científica. **PÁGINA 10**

Enquanto isso, em Brasília...



Crivella libera volta às aulas em agosto

O prefeito Marcelo Crivella autorizou o retorno das aulas presenciais nas escolas particulares do Rio para o dia 3 de agosto.

Sindicato de professores se disse surpreendido pela decisão. Ainda não há definição sobre a volta da rede pública. **PÁGINA 12**

Brasil passa de 80 mil mortes por coronavírus

Com uma alta constante há mais de um mês, o país registra 80.251 óbitos pela Covid-19. Número foi impulsionado pela explosão de casos nas regiões Sul e Centro-Oeste, mas se mostra estável no Rio, em São Paulo, no Norte e no Nordeste. **PÁGINA 11**

Mais dois ministros são diagnosticados com Covid-19

Ministros da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e da Educação, Milton Ribeiro, contrairam o vírus. Gabinete soma quatro infectados. **PÁGINA 6**

CONTAGIADOS

2.121.645

MORTOS

80.251

FONTE: CONSORCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA

EDITORIAL O ALTO VALOR DA PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA **PÁGINA 2**

MERVAL PEREIRA

Desembargador expõe cultura do 'você sabe com quem está falando?' **PÁGINA 2**

MÍRIAM LETTÃO

Novo Fundeb será um passo na direção certa **PÁGINA 13**

Governo recua de usar verba do Fundeb

Parlamentares descartaram proposta de usar recursos do Fundeb, que financia a educação básica, no programa de transferência de renda a ser criado, levando o governo a recuar. Também propuseram aumento escalonado da complementação da União. **PÁGINA 7**

Flávio nega que soubesse de operação

O senador Flávio Bolsonaro posa para foto após negar ao MP que PF tivesse vazado operação sobre movimentação financeira atípica de seu ex-assessor Queiroz. **PÁGINA 8**



Guedes leva reforma ao Congresso e a empresários

O ministro Paulo Guedes (Economia) apresentará hoje ao Congresso sua proposta de reforma tributária, que nesta primeira fase prevê a unificação de tributos federais. Em um ano de crise para estados e municípios, ele evita criar atritos com governadores e prefeitos, e busca apoio de empresários. **PÁGINA 17**

Parlamentares terão mais R\$ 1 bi para apadrinhar

Para conter a insatisfação com a articulação política do Planalto às vésperas de votações importantes no Congresso, o ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, prometeu mais R\$ 1 bilhão em verbas de combate ao coronavírus para prefeituras indicadas por deputados e senadores. **PÁGINA 6**

INTERVENÇÕES SUSPENSAS

Após liminar do STF, mortes em ação policial caem 73% no Rio **PÁGINA 13**

ARMAS EM ALTA

Licença a atiradores e colecionadores aumenta no governo Bolsonaro **PÁGINA 9**

FATIAS POR ESTADO

Vivo, TIM e Claro devem dividir clientes de celular da Oi **PÁGINA 19**

FORÇAS DE TRUMP NA MIRA

Oregon e Congresso dos EUA reagem a abusos contra manifestantes **PÁGINA 21**

**DEM AÍ O MAIOR
SALTO TECNOLÓGICO
DE UMA MARCA
NO CENÁRIO AUTOMOTIVO
BRASILEIRO.**



VerCapas.com.br
CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

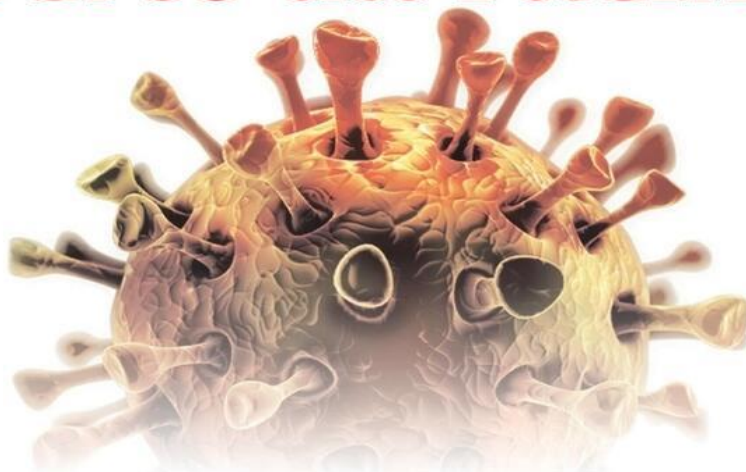
www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808. HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1940. ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.877 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

O mundo, enfim, mais
perto da vacinaO DF, de luto, passa
das 1.000 mortes

A ciência acaba de dar três passos fundamentais para frear o avanço da pandemia do novo coronavírus, com resultados animadores sobre as vacinas em estágios mais avançados no mundo: uma no Reino Unido, outra na China e uma terceira na Alemanha. Pesquisadores asseguram que as fórmulas testadas estimulam o sistema imunológico a se proteger do Sars-CoV-2, sem provocar efeitos colaterais graves. Desenvolvida na Universidade de Oxford, a mais promissora delas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ofereceu dupla proteção aos 1.077 voluntários recrutados nas fases 1 e 2 dos testes clínicos. Além de incentivar a produção de anticorpos, induziu a ação de células que identificam e eliminam o vírus. O Brasil, que participa dos experimentos da quarta etapa, fechou parceria com Oxford e espera contar com 30 milhões de doses já entre dezembro e janeiro. O país faz parte, ainda, da terceira bateria de testes do imunizante chinês que, uma vez aprovado, será produzido pelo Instituto Butantan, em São Paulo. Enquanto a vacina não chega, o vírus letal continua a infectar e a tirar a vida de brasileiros. Ontem, no país, o total de mortos passou dos 80 mil. No Distrito Federal, a covid-19 também ultrapassou uma marca trágica: a dos 1.000 óbitos.

PÁGINAS 6 E 15 A 17

Ofensa
não é caso
isolado

Desembargador que desarticulou guardas municipais em Santos já foi alvo de investigação no TJSP. Uma magistrada da corte o acusou de ameaçá-la. Ele é alvo de representação no CNJ, que puniu 66 juízes em 16 anos.

PÁGINA 7

Reforma segue hoje.
CPMF vem depois

Governo envia hoje ao Congresso a proposta de reforma tributária. A criação de tributo sobre transações digitais fica para o fim do ano.

PÁGINA 3

Deputado nega suborno
a advogado baleado

Alexandre Knoploch (PLS-RJ) diz que não tentou mudar o depoimento do homem em quem atirou na 408 Sul. Brigada ainda segue sob investigação.

PÁGINA 18

Militares têm reajuste
para ficar na Esplanada

Aumento para o pessoal das Forças Armadas que trabalha em postos civis é questionado pelo Ministério da Economia. Explicações não convencem.

PÁGINA 5



Viver é uma delícia!

Uma doença rara, conhecida por megaesofágico, fez com que Laudenor só conseguisse se alimentar com a ajuda de uma máquina. Durante 10 anos, ele deixou de sentir o sabor dos alimentos. Uma cirurgia no Hospital Santa Lúcia devolveu ao aposentado o prazer de comer.

PÁGINA 19

Fundeb vai à
votação, mas
não há consenso

Congresso analisa, hoje, parecer sobre a PEC que modifica o fundo da educação básica, mas governo e parlamentares estão longe de acordo em vários temas. Palácio do Planalto insiste em usar parte dos recursos para a área social, mas ainda há forte resistência.

PÁGINA 2

Congresso espera
diálogo com o MEC

Fundeb, salário dos docentes e relação com o novo ministro da Educação foram temas da entrevista do deputado Professor Israel (PV/DF) ao CR Poder.

PÁGINA 2



9 771808 266035

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .